



**4º Encontro Internacional de Política Social**  
**11º Encontro Nacional de Política Social**  
**Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:**  
**desafios à Política Social**  
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

---

**Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.**

**IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS DA ENCHENTE E VAZANTE NA CIDADE DE BARREIRINHA (AM)**

**Patrício Azevedo Ribeiro<sup>1</sup>**  
**Kássia Karise C. Carneiro<sup>2</sup>**

**Resumo**

O artigo faz uma análise dos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes da enchente e vazante dos rios na cidade de Barreirinha/AM, considerando a intervenção humana no ambiente. Constituiu-se parte de uma pesquisa realizada no ano de 2015 com 50 moradores e 04 secretários municipais atuantes nas secretarias que desenvolvem trabalhos no período do fenômeno das águas. Os resultados apontam diversas mudanças, sobretudo na questão habitacional, no calendário escolar, no cotidiano de trabalho e renda dos moradores, na saúde, bem como o grande acúmulo de lixo que aparece na cidade requerendo intervenções do Estado e sociedade civil.

**Palavras-chave:** Enchente. Impacto socioeconômico. Questão socioambiental. Barreirinha.

**SOCIOECONOMIC AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE INUNDATION AND EBB TIDE IN THE CITY OF BARREIRINHA/AM**

**Abstract**

The article makes an analysis of the impacts social, economical and environmental current of the inundation and ebb tide of the rivers in the city of Barreirinha/AM, considering the human intervention in the atmosphere. It is constituted leaves of a research accomplished in the year of 2015 with 50 residents and 04 active municipal secretaries in the general offices that develop works in the period of the phenomenon of the waters. The results point several changes, above all in the habitational subject, in the school calendar, in the daily of work and the residents' income, in the health, as well as the great garbage accumulation that appears in the city requesting interventions of the State and civil society.

**Keywords:** Inundation. Socioeconomic impact. Subject socioambiental. Barreirinha.

**Introdução**

Neste limiar do século XXI, os estudos sobre o ciclo das águas tem se intensificado por meio das diversas áreas do conhecimento, seja pela imprevisibilidade ou efeito “destruidor” com que tem ocorrido, seja pelos prejuízos que afetam populações localizadas em territórios alcançados por este fenômeno natural, sinalizando assim preocupações e a necessidade de intervenção do poder público.

---

<sup>1</sup> Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professor do Colegiado de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins. E-mail: <patricio\_azevedo@yahoo.com.br>.

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Campus Parintins. E-mail: <kassiakarise@gmail.com>.

Especificamente no Amazonas, as cidades localizadas às margens dos rios convivem com a enchente e vazante, principalmente aqueles bairros situados em áreas planas, acarretando mudanças diárias na vida das famílias. Barreirinha é um dos municípios que vivencia esta realidade. A cidade está situado às margens do Rio Paraná do Ramos, pertence à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Parintins; localiza-se a leste de Manaus; possui área territorial de 5.751,00km<sup>2</sup> e fica distante da capital Manaus a 330km em linha reta e 420km via fluvial.

O presente estudo busca investigar as mudanças sociais, econômicas e ambientais decorrentes da enchente e vazante dos rios no *modus vivendi* das famílias atingidas no contexto urbano do município de Barreirinha, Estado do Amazonas. Constitui-se parte de uma pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Apoio a Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Amazonas (PAITI/AM), e financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

Os procedimentos metodológicos que orientaram a elaboração deste artigo foram sequenciados em duas etapas no período de janeiro a novembro de 2015. Na primeira foi realizada uma revisão bibliográfica com bases em autores especializados que abordam o tema. Na segunda procedeu-se à pesquisa de campo de natureza quantitativa e qualitativa. Os informantes foram 50 moradores dos bairros Bairro Ladislau Lucas e Ulisses Guimarães com os quais foi aplicado formulários com perguntas abertas e fechadas, e os Secretários municipais de Educação, Assistência Social, Meio Ambiente e Saúde por meio de entrevista semiestruturada. De posse dessas informações fez-se a análise dos dados orientados pelo referencial teórico do estudo.

### **A Dinâmica Enchente/Vazante na Amazônia e a Questão Socioambiental**

De início é importante sinalizar de que Amazônia estamos falando. No tocante a Amazônia Legal, é uma área que abarca nove estados brasileiros pertencentes à Bacia Amazônica. Compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Mato Grosso e Maranhão. Estes possuem espaços delimitados sendo singulares quanto a sua formação territorial, geográfica, cultural, econômica e social. Embora, alguns, se não todos, partilhem de pontos em comum, como, áreas rurais e urbanas sob o prisma da segregação social, condições de

vida precárias, especificamente no auge da vazante e enchente dos rios, escasso acesso dos cidadãos rurais às ações e serviços das políticas públicas, entre outros.

Particularmente, a Região Norte, centrada no mosaico Amazônia, é composta por dois espaços territoriais distintos: áreas de terra firme e várzea. Esta última é onde se dá de forma mais intensa o fenômeno da enchente e vazante dos rios, que interferem sobremaneira nas condições de vida das populações rurais e urbanas, sobretudo aquelas situadas à margem dos rios amazônicos.

A terra firme compreende a maior parte da Amazônia. É composta de florestas densas que ocupam uma área de aproximadamente 234 milhões de hectares (THIBAU, 2000; SILVA *et al.*, 2007). São terras relativamente altas que não são tão impactadas pelas inundações decorrentes da subida dos rios, convindo a ser refúgio para aqueles que se deslocam da várzea neste período.

A várzea são áreas inundáveis situadas às margens dois rios de águas brancas ou barrentas, formando um mosaico de ambientes fundamentais para a diversidade de uso que os ribeirinhos fazem dos recursos (PEREIRA, 2007). Este ambiente corresponde a planícies baixas que evidenciam um modo particular de vida por ser a região atingida profundamente pela dinâmica das águas.

Os ambientes de várzea se caracterizam por uma sazonalidade marcante devido às enchentes periódicas dos seus rios, que regulam os ciclos de vida da biota local e conseqüentemente regulam as oportunidades de subsistência disponíveis para as populações humanas. Assim como o demais componentes da biota das áreas inundáveis, as populações humanas locais precisam adotar estratégias de adaptação em relação às mudanças drásticas ocorridas na passagem entre as fases aquáticas e terrestres. (PEREIRA, 2007, p. 16).

Conforme Pereira (2007) existe no ecossistema de várzea quatro “estações climáticas” em razão da falta de sincronização entre o regime fluvial e o regime pluvial (chuvas) que regulam o calendário agrícola, são elas: a enchente (subida das águas), a cheia (nível máximo das águas), a vazante (descida das águas) e a seca (nível mais baixo das águas). Estas estações vão contornar a dinâmica dos territórios que se expressa principalmente por uma fase terrestre e outra aquática. Durante um período do ano (4 a 5 meses) a maior porção dessa planície fica submersa e faz parte do ambiente aquático; em outro período participa do ambiente terrestre.

Para Fraxe (2004), em se tratando das áreas rurais, o povo Amazônico se caracteriza por um *ethos anfíbio* e um *ethos ribeirinho*. Isso porque em seu cotidiano

convive-se com mudanças que refletem de forma significativa na dinâmica de vida. “A alternância de fases terrestres e aquáticas devido às variações do nível do rio é um fator ecológico limitante para a vida nos ambientes das várzeas” (PEREIRA, 2007, p. 12).

Alguns permanecem em suas casas, pois estas foram sendo adaptadas à região conhecidas como palafitas que correspondem a assoalhos altos. Tendo o rio invadido suas residências, tendem a migrarem para a cidade ou áreas de terras-firme. Mas muitos preferem permanecer em suas casas e para isso têm que construir pontes suspensas dentro de casa, tornando o caminhar de um cômodo para outro uma tarefa difícil (OLIVEIRA; MAFRA; SOARES, 2012).

Passado a enchente, outra situação se apresenta, os moradores de várzea tem de recomeçar sua dinâmica de vida, replantar, reconstruir, reorganizar todo o seu espaço que foi modificado. É o momento de verificar o que se perdeu, os prejuízos materiais nas residências ou nas criações para poder retomar os afazeres corriqueiros como morador da várzea.

Na região amazônica há muitos municípios às margens dos rios e em áreas de várzea, de modo que estes também estejam a mercê das inundações recorrentes do ciclo das águas. No caso das áreas urbanas, as “estações climáticas” ocorrem sobretudo em áreas planas onde a subida dos rios chegam com mais facilidade ocasionando mudanças, por vezes, de forma negativa para as famílias moradoras destas áreas.

Importa ressaltar que a discussão em pauta assenta-se na perspectiva da relação homem e natureza, tendo em vista o contato que os indivíduos mantem com o ambiente em que vivem.

A agudização da degradação ambiental configura-se como uma problemática nem tão recente no contexto mundial. Os estudos de Leff (2011) e Silva (2010) sinalizam que a base dessa discussão está presente a partir da década de 60 do século XX, em razão da forma de como vem sendo conduzida a atuação do homem sobre a natureza, acarretando problemas diversos.

Nesta lógica de discussão, Sauer e Ribeiro (2012) e Nunes (2013) compreendem que o debate acerca da questão ambiental não se resume às questões ecológicas ou biológicas, está para além disso. Ou seja, trata-se de uma problemática de caráter social e político já que perfaz uma relação simbiótica de homem e natureza.

Para Sauer e Ribeiro (2012, p. 391), a aliança entre o ambiental e o social explica-se porque “[...] o homem se constrói e se constitui como tal neste espaço, e faz

parte do meio ambiente, convivendo com todos os demais seres vivos concomitantemente, construindo-o e modificando-o ao longo dos anos [...]”. Daí as arguições do termo *socioambiental*.

Assim, entende-se que as questões ambientais não se apresentam de forma isolada, mas como uma interação das relações sociais e de cidadania vivenciadas pela população, além das suas próprias condições de vida (RIBEIRO; PERES, 2010). Em outras palavras, os problemas ambientais são fundamentalmente também sociais, gerados e atravessados por um conjunto de processos sociais.

Ao se trazer para o contexto Amazônico, dois olhares se voltam para ela. O primeiro é o da cobiça, isto é, de ver a região como fonte de capital financeiro, um território de acúmulo de riquezas, porquanto de insustentabilidade quanto a continuidade dos recursos naturais. O segundo, é um olhar quanto à preservação e conservação da biodiversidade, dos recursos naturais existentes. Trata-se de uma população que tem buscado defender a permanência de uma Amazônia repleta de fauna e flora, logo, seu desenvolvimento social, econômico e sustentável, o que se torna um desafio na atualidade.

É evidente que a intervenção do homem na natureza acontece de forma intensa, por vezes de forma negativa, como a poluição dos rios e do solo, a exploração de recursos naturais que conseqüentemente se evidencia na Amazônia pela agudização dos impactos sociais e ambientais. Silva (2010, p. 100) sublinha que “[...] a extensão e a profundidade da ‘questão ambiental’ tem-se manifestado através de fenômenos naturais intensos e cujas conseqüências para a atividade humana ainda não é possível precisar”.

Isto acaba gerando uma insustentabilidade no ambiente, por conseqüência pode causar grandes impactos ambientais. Neste sentido, entende-se por impacto ambiental, segundo a Resolução 001 de 1986 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em seu Art. 1º qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais.

Nesse contexto, ao tratar do ciclo das águas, observa-se que por si só este fenômeno não se caracteriza como impacto ambiental, no entanto, a partir do momento

que o homem intervém na natureza por meio dos desmatamentos, queimadas, poluição dos rios, entre outras questões, que acabam por degradar o ambiente, a enchente e vazante passam a agregar elementos prejudiciais e conseqüentes para as populações inseridas em territórios amazônicos alcançados por este fenômeno. Neste âmbito é que se pode falar de *impactos socioambientais*, pois, está se referindo e reafirmando a relação de simbiose homem-natureza na Amazônia.

Seguindo esta linha de pensamento, evidencia-se que o fenômeno natural do ciclo das águas vem se intensificando e afetando grandes extensões do território amazônico, sobretudo, as mudanças climáticas que vão impactar no modo e condições de vida das famílias rurais e urbana. Souza e Almeida (2010, p. 3-4) ratificam que:

A cada ano as influências climáticas globais atingem e agravam a situação de vida dos moradores das margens dos rios e para agravar mais a situação das mudanças climáticas dentro da Amazônia têm a presença do desmatamento, resultado da ação antrópica, ou seja, a floresta e toda sua riqueza da biodiversidade é vista como fonte de lucro e com isso os latifundiários, grandes madeireiras e criadores se instalam dentro da região com o discurso do desenvolvimento, porém falta manejo. (SOUZA; ALMEIDA, 2010, p. 3-4).

Esta realidade pode ser observada na dinâmica das águas da Amazônia. Trata-se de uma realidade já incorporada no cotidiano da sua população que apreendeu maneiras de lidar com esse fenômeno, mas a maneira atípica com que vem ocorrendo tem trazido mudanças a esse processo. Assim, sinaliza-se a seguir o debate das cidades amazônicas e a intervenção das políticas neste contexto.

### **Cidades Amazônicas e Políticas Públicas**

A Amazônia brasileira é uma macrorregião com especificidades diversas. Quando se trata do meio urbano este também se constitui de especificidades. Castro (2008) afirma que “as cidades amazônicas revelam diferenças que nos permitem entendê-las como um espaço socioeconômico e cultural complexo, cuja diversidade tem raízes certamente na história dos lugares e das relações sociais estabelecida em sua trajetória”.

De início entende-se que é necessário abordar esclarecimentos quanto ao aspecto conceitual das expressões Urbano e Cidade. Lefebvre (2004) ao fazer este

debate, pontua que o urbano se distingue da cidade porque ele aparece e se manifesta no curso da explosão da cidade. Está ligado ao abstrato, ou seja, às questões conceituais. Já a cidade se constitui pelo concreto, pelas redes e práticas que materializam visivelmente o urbano. Trata-se do espaço que traduz as relações de trabalho.

Considerando as perspectivas sócio-históricas de construção das cidades nas regiões brasileiras, na Amazônia os determinantes centrais para o processo de ocupação pela colonização portuguesa foram interesses políticos e econômicos. A base do surgimento das cidades coloniais se deu pelo sistema extrativista, transporte de mercadorias, catequização e dominação indígenas visando o trabalho servil. Castro (2008) pondera que o *boom* da borracha nos meandros do século XX é assentado como parâmetro central no crescimento e desenvolvimento, principalmente, das cidades portuárias Manaus e Belém.

O espaço urbano na Amazônia produz-se tipicamente em padrões de ocupação às margens dos rios, modelo histórico de cidades, coloniais ou não, mas identificadas pela economia de base agroextrativista, função comercial portuária, comunicação e transporte por via fluvial e fortes laços sociais com um território marcado pela presença de floresta e de rios (CASTRO, 2008).

Seguindo a concepção de Nunes (2008), na Amazônia há que se pressupor que o meio físico natural, em conjunto com o ambiente construído, guarda uma significação primordial, que ultrapassa o sentido de suporte a partir do qual as relações entre os homens irão se constituir. Estas relações se darão pelas interações entre o meio natural e aquele construído.

Neste âmbito, o ambiente natural da Amazônia lhe emprega características peculiares, das quais o ambiente construído, as cidades, vão sofrer grande influência. Quando se trata especificamente dos rios observa-se que, com o passar dos anos as cidades situadas às suas margens, vem convivendo frequentemente com a enchente e vazante dos rios afetando de forma direta o modo de vida da população urbana.

Na área urbana o impacto da cheia é tomado de forma diferenciada da área rural, pois como enfatizado por Wirth (1979 *apud* NUNES, 2008) há um modo de vida característico quanto a estrutura material, organização e relações sociais, instituições, bem como formas de comportamento coletivo. Há de se frisar que este meio nem sempre está preparado para uma enchente.

No caso dos municípios do interior, nota-se que contam com pouca infraestrutura (SOUZA, 2011), ou seja, as políticas públicas da região se mostram rarefeitas, visto que não atendem de forma satisfatória e igualitária a todos, sobretudo se lavarmos em consideração as questões geográficas que dificultam o acesso aos direitos.

Particularmente, o Estado do Amazonas com seus 62 municípios de pequeno, médio e grande porte populacional está inserido nos debates que voltam-se para a Amazônia. O Amazonas vem aparecendo como um estado marcado pelo urbano, cuja população residente, conforme IBGE (2010) era de 79,1%, e em área rural de 20,9%, o que evidencia o grande contingente populacional em área urbana, e abre espaço para uma ampla discussão quanto ao modo de vida nas cidades da Amazônia.

Importa ressaltar que “[...] o fenômeno da urbanização é estratégico na formulação de políticas públicas [...]” (NUNES, 2008, p. 49) e apesar de as condições de infraestrutura de serviços na Amazônia se apresentarem de maneira fragilizada, as cidades são locais que tem grande importância para o suporte de serviços à população.

Em se tratando das cidades amazônicas, principalmente as de médio e pequeno porte, enfrentam dificuldades ainda maiores no oferecimento de serviços à população para atendimento de suas necessidades em várias esferas. Vale ressaltar que, por se tratar de um contexto urbano a dinâmica relacional entre o Estado e a Sociedade Civil nem sempre acontece de maneira harmoniosa, pois, segundo Castro (2008) há ensejos de conflitos e poder.

Pressupõe-se a partir da realidade supracitada o quanto é prudente o investimento nas demandas que se apresentam, visto que por se tratar de uma localidade permeada por suas peculiaridades, é preciso medidas estrategicamente articuladas com vistas ao atendimento das demandas corriqueiras.

Trata-se de uma intervenção que vai ao encontro dos fenômenos naturais, em particular o regime das águas que afetam diretamente as populações, em especial o Estado do Amazonas. Esses aspectos ganham a partir desse momento visibilidade política e requer a intervenção do poder público na busca de possibilitar uma melhoria nas condições de vida no sentido de subsidiar a permanência dos moradores em seus espaços (SILVA; CAVALCANTE, 2012).

Vale lembrar que a Amazônia, conforme Freitas (2009), já vem de “históricas formas de adaptação humana substituídas, em sucessivos “ciclos econômicos”, por políticas públicas nacionais inadequadas, precárias e fracassadas” (p.



15), haja vista os poucos conhecimentos sobre as realidades regionais, além dos “[...] equivocados planejamentos à distância. Dito de outra forma, “modos brutais de apropriação de recursos da biodiversidade e da sociodiversidade amazônica” (FREITAS, 2009, p. 16).

Nesta lógica de pensamento, Freitas pondera que há uma desigualdade e,

[...] dificuldade de efetivação de políticas públicas no território da Amazônia Brasileira, onde as características naturais, apesar do conhecimento de suas feições demográficas, ainda são atenuantes da distância entre a intervenção pública do Estado e as necessidades humanas das populações regionais (FREITAS, 2009, p. 25).

Gattai e Alves (2011) abordam que as cidades crescem e se desenvolvem por meio da administração das políticas públicas que vai desde a ocupação territorial e perpassa pelos problemas de natureza econômico, social, cultural e ambiental. Porquanto, a elaboração e implementação das políticas públicas devem levar em consideração as questões locais em suas singularidades. Nessa direção, aborda-se a seguir o *locus* de estudo de campo.

### **Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais Decorrentes da Enchente e Vazante dos Rios em Barreirinha (AM)**

Dos 62 municípios que compõe o Amazonas, Barreirinha é um dos que mais vivencia a realidade de enchente e vazante, isso porque, durante a enchente, a cidade fica aproximadamente 90% submersa à água (JORNAL ACRÍTICA, 2012), e na sua descida os impactos são frequentes, principalmente nas questões ambientais, sociais, econômicas e territoriais.

Dos 50 informantes da pesquisa 68% são do sexo feminino e 32% do sexo masculino. As idades variam, 26% têm entre 36 a 42 anos, 16% de 24 a 29 e 43 a 48 anos, os demais somaram percentuais diversificados. Quanto à renda familiar os resultados demonstram que 36% das famílias se mantêm com 01 (um) salário mínimo, 30% recebem até 02 (dois), e 26% têm de atender suas necessidades com menos de um salário mínimo.

Tanto a enchente quanto a vazante afetam a população dos bairros pesquisados e a cidade de modo geral. As escolas, o comércio, as instituições de saúde e

assistenciais, as habitações, enfim, a dinâmica diária do *modus vivendi* é readequada para o contexto atual em que se encontram. Os moradores dos bairros pesquisados evidenciam essas mudanças. “Muda muita coisa porque as aulas param, os trabalhos param, a gente que participa dos projetos do CRAS, tudo para nessa época, e só vai retornar meses depois [...]” (Morador 10, Pesquisa de campo, 2015).

O impacto no social se dá de maneira extensa, pois, desde a locomoção até os serviços públicos passam a ter uma dinâmica diferenciada nesse período do ano. As escolas têm suas aulas paralisadas em razão das dificuldades de acesso e por conta das alagações na própria instituição. Centenas de alunos da rede municipal e estadual ficam sem aulas. As primeiras demandas que chegam a Secretaria Municipal de Educação – SEMED dizem respeito a dificuldade de acesso dos alunos às escolas em todo o município, isto tanto na enchente quanto na vazante. As escolas que ficam imunes da enchente passam a servir de abrigo para as famílias que não tem condições de permanência em casa, seja por questões de saúde, presença de animais peçonhentos, isolamentos e etc.

A secretaria de educação desde 2009 vem buscando estratégias para minimizar os prejuízos, a exemplo de oficinas pedagógicas. Segundo o Secretário Municipal de Educação há um acompanhamento do aluno e também de sua família. “Ainda mais para não prejudicar financeiramente os alunos, visto que grande parte das crianças são beneficiárias do Bolsa Família, e se não atenderem as condicionalidades como a frequência escolar tem seu benefício suspenso” (Pesquisa de Campo, 2015).

A alocação das famílias se apresenta como a maior demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) que em parceria com a defesa Civil passa a realizar estes serviços.

Transferir famílias para locais de abrigo, por tempo determinado, que é o tempo que começa a baixar as águas. Esses são os maiores pedidos, e também são os auxílios, alimentação, cestas básicas e tudo mais. Atendimento as famílias que estão em risco social (Secretário/SEMAS, Pesquisa de Campo, 2015).

No campo da política de saúde, os impactos acentuam-se em razão do hospital e outras instituições de atendimento à população estarem em áreas baixas sofrendo inundações logo que as águas começam a subir. Os atendimentos não param,

até mesmo porque nesse período se requer cuidados redobrados para evitar surtos de doenças que podem ter veiculação hídrica.

Durante a enchente, o Estado tem prestado atendimento, embora parco, com a vinda de uma balsa-hospital que passa a atender também a população. Isso porque, como a alagação na cidade formam-se ilhas, muitos têm facilidade maior de acesso a uma parte da cidade e não a outra, conforme a fala a seguir.

[...] o hospital em grandes enchentes fica isolado para uma parte da cidade, e muitas pessoas ficam sem acesso, então nós solicitamos ajuda do estado a balsa hospital que vem agrupar um posto de saúde para atender. Então a população ribeirinha, aqueles que vivem à cidade eles já sabem onde procurar, e a própria população que reside na frente da cidade podem procurar e serem atendidos com toda a estrutura que tem nos postos de saúde em terra e é colocado na balsa [...] (Secretário/SEMSA, Pesquisa de Campo, 2015).

A atuação da política de saúde também prevê ações por meio primeiramente de um plano de contingência do qual todo um corpo técnico é chamado a fazer parte, por meio da intensificação das atividades que já são realizadas com vistas a garantir que não ocorram surtos de doenças na cidade.

A situação da água ainda é agravada pela questão do lixo que está muito presente na enchente e a existência de fossas negras, conforme relato do morador 30: “acho que o maior problema é com essas fossas que não são adequadas. Nesse período tem o mau cheiro, além da poluição” (Pesquisa de Campo, 2015). Tais dados corroboram com a assertiva de Galvão e Palhano (2014, p. 181), pois, este problema se dá pela não existência de rede de esgoto. Assim, “transbordam com a subida dos rios e isso é percebido como problemático para saúde”.

A questão ambiental no contexto urbano é um ponto de grande relevância e vem sendo foco de debates na atualidade. Em se tratando da Amazônia, além das problemáticas sociais, econômicas e políticas a questão social é caracterizada por um impacto ambiental desmedido advindo da implantação do capital, da modernização e da cultura consumista (SILVA; CAVALCANTE, 2012).

Em Barreirinha a questão ambiental se adensa principalmente pelo constante acúmulo de lixo, presença de água contaminada, animais peçonhentos e o aparecimento de doenças. No decorrer do estudo, o lixo de um modo geral é apontado como um dos grandes problemas desse período, pois, há poucos carros coletores e a cidade não conta com um sistema de coleta seletiva.

A presença dos resíduos sólidos é assinalado como principal problema ambiental no decorrer das enchentes e também quando se inicia a vazante. O aparecimento é mais perceptível na subida das águas, uma vez que espraia-se e na vazante vai se acumulando em alguns locais. Isto acarreta riscos importantes à saúde humana (GOUVEIA, 2012).

Os moradores participantes do estudo ratificam esta situação. O Morador 1 expõe o que ele percebe como problema ambiental: “a água contaminada, o lixo presente”. E o Morador 7: “É mais a questão do lixo, porque às vezes vem gente lá da frente jogar lixo pra cá, até cachorro, e a gente fica aqui que sente o mau cheiro” (Pesquisa de Campo, 2015).

A coleta de lixo na enchente é feita em canoas, triciclos motorizados ou pelas pontes. Porém, o que se evidencia é uma problemática ainda maior. O município deposita seus resíduos sólidos em um lixão a céu aberto, que também é afetado em parte pela enchente prejudicando assim a população de Barreirinha.

Gouveia (2012, p. 1504) vem a ressaltar que “[...] boa parte dos resíduos produzidos atualmente não possui destinação sanitária e ambientalmente adequada. Embora tenha havido progresso [...], os resíduos ainda são depositados em vazadouros a céu aberto, os chamados lixões, em mais da metade dos municípios brasileiros” .

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, estabelece importantes metas e prazos para a eliminação dos lixões, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Porquanto é necessária a adequação do município a esses termos, visto que se apresenta como uma demanda urgente.

Chama atenção para as discussões que envolvem o impacto econômico. Para além da locomoção em algumas áreas da cidade, afeta também a renda de muitas famílias, principalmente os trabalhadores informais, autônomos, que têm sua renda familiar prejudicada na enchente.

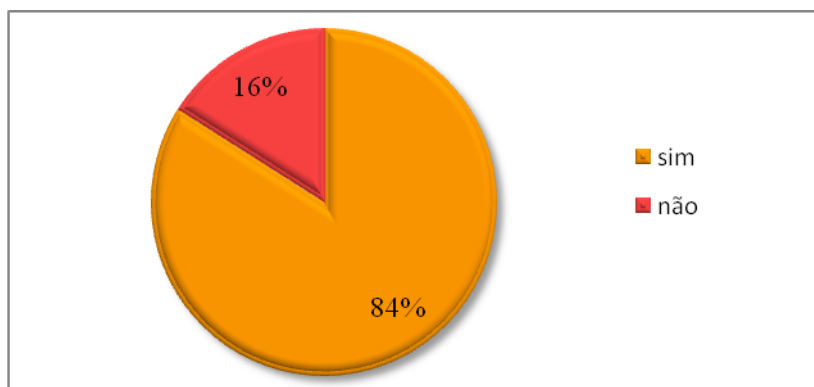


Gráfico 1: Renda prejudicada durante a enchente  
Fonte: Pesquisa de Campo, 2015.

Conforme o exposto, 84% dos moradores entrevistados dizem ter sua renda ou trabalho prejudicado no período da enchente, visto que se apresentam dificuldades no dia a dia. Este é um ponto de grande relevância na análise, pois, é um impacto direto no âmbito econômico dos moradores.

Enfatiza-se que a situação de muitas famílias fica complicada, pois “[...] muda tudo quando se está na enchente. As coisas ficam difíceis” (Morador 29, Pesquisa de campo, 2015). E na maioria das vezes a família que já não vive em condições adequadas, com qualidade de vida, passam por um momento ainda mais difícil.



Fig. 1 – Área comercial e tricicleiros realizando seu trabalho na enchente  
Fonte: ASCOM/BAE.

Em alguns comércios o acesso fica difícil. Os comerciantes que têm sua clientela diminuída chegam até demitir funcionários, evidenciando prejuízos à renda tanto do empregador como do empregado que fora demitido. Também há outros autônomos, trabalhadores informais que ficam desempregados nesse período, como por

exemplo tricicleiros<sup>3</sup>, moto-táxis, trabalhadores braçais, vendedores ambulantes que têm dificuldade em realizar e conseguir trabalho. A figura 1, demonstra esta situação no âmbito econômico em período de enchente.

O morador 5 relata que durante a enchente “principalmente a questão financeira fica difícil, e arranjar trabalho também” (Pesquisa de campo, 2015). Isto evidencia ainda mais a situação de vulnerabilidade e a dificuldade que as famílias encontram para manter boas condições de vida. Enfatizando a presença constante do mercado informal, Scherer (2009) salienta que este está no centro das inquietações atuais, tendo em vista a desregulamentação do mercado e a precarização do trabalho que só fazem ampliar este campo de trabalho.

Durante a enchente se a casa for alagada é preciso fazer marombas<sup>4</sup>. Contudo, se a pessoa é demitida e perde seu meio de renda, como irá realizar esses feitos? E ainda, os trabalhadores que fazem bicos e trabalhos esporádicos sentem muita dificuldade. Manter a família nessas condições é um grande desafio.

Isto posto, é uma realidade que muitas cidades amazônicas passam a vivenciar e conviver todos os anos. Tal situação requer que se utilizem estratégias para se manterem, assim como os moradores de área rural, principalmente de várzea no seu modo de vida, convivem e se adaptam a essa realidade apesar das dificuldades.

Sobre este cenário, Santos (2012, p. 32) sinaliza que é a combinação de fatores naturais e sociais que definem o desastre. “[...] são as características físicas do evento que determinam a probabilidade de ocorrência do fenômeno e são as condições sociais de vulnerabilidade que determinam a severidade do impacto”. Então dependendo das condições de vida da população o impacto da enchente e vazante no âmbito social, ambiental e econômico pode incidir de maneira distinta.

## **Considerações Finais**

A partir do estudo realizado pôde-se observar os impactos nas questões de saúde, saneamento básico, trabalho e renda, habitação entre outros que assentam-se nas

---

<sup>3</sup> A atividade nos triciclos é característica do Baixo Amazonas. É um meio de transporte de pessoas e cargas. Concentram-se em maioria nas áreas portuárias para os carregamentos que permitem a concretização do trabalho informal.

<sup>4</sup>Suspensão do piso ou criação temporária de um novo piso no domicílio para permanência na residência.

condições de vida das populações rurais e urbanas principalmente aquelas situadas à margem dos rios amazônicos.

É preciso re (pensar) políticas públicas que possam atender as demandas das populações, no âmbito de enchentes e vazantes. Conjuntamente repensar as questões dos moradores a partir da questão socioambiental e da intervenção do homem na natureza. Este âmbito requer um trabalho conjunto entre a população e poder público, reconhecendo que a população tem um papel fundamental a partir de práticas sustentáveis, visando a conservação e sustentabilidade do ambiente.

Porquanto, a enchente e vazante tem se colocado como um desafio para as políticas públicas no contexto amazônico, sobretudo na cidade Barreirinha. Pois, trata-se de uma cidade em área de várzea de modo que o ciclo das águas tem acarretado diversos impactos socioambientais e econômicos no cotidiano dos moradores desta localidade, citam-se: a estruturas habitacionais, as condições do meio ambiente, a destinação dos resíduos sólidos entre outras problemáticas que denotam desafios para o poder governamental e população de um modo geral.

## Referências

BRASIL. Lei no 12.305 de 02 de Agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei 9605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), 2 de Agosto de 2010.

BRASIL. RESOLUÇÃO CONAMA nº 1, de 23 de janeiro de 1986. Publicada no **Diário Oficial da União**, Brasília (DF), de 17 de fevereiro de 1986, Seção 1, páginas 2548-2549.

CASTRO, Edna. Urbanização, pluralidade e singularidades das cidades amazônicas. *In: CIDADES na Floresta*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 13-38.

FRAXE, Therezinha de J. P. **Cultura caboclo-ribeirinha**: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

FREITAS, Marilene C. da S. Os Amazônidas contam sua história: territórios, povos e populações. *In: SCHERER, E.; OLIVEIRA, A. (Org.). Amazônia: território, povos tradicionais e ambiente*. Manaus: EDUA, 2009. p. 15-31.

GATTAI, Silvia; ALVES, Luiz Roberto. Indagar para construir políticas de gestão pública. **Rev. Pol. Públ.**, São Luís, v.15, n.1, p. 163-174, jan/jun. 2011.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1503-1510, 2012.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

JORNAL ACRÍTICA. **População de Barreirinha (AM) sofre com a enchente**. Disponível em: <<http://acritica.uol.com.br>>. Acesso em: 6 dez. 2014.

LEFEBVRE, Henry. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NUNES, Brasilmar F. A interface entre o urbano e o rural na Amazônia Brasileira. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: Annablune, 2008.

NUNES, Letícia S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. In: **Rev. Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, Valter P. de; MAFRA, Marcela V. P.; SOARES, Ana P. A. Eventos climáticos extremos na Amazônia e suas implicações no município de Manairi (AM). **Revista Geonorte**, Edição Especial 2, v.1, n.5, p. 977-987, 2012.

PEREIRA, Henrique dos S. A dinâmica da paisagem Socioambiental das várzeas do rio Solimões-Amazonas. In: (Org.) FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas Amazônicas**: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007.

RIBEIRO, Cleone S.; PERES, Paulo E. C. Atuação Do Serviço Social Na Educação Ambiental Junto Às Famílias Cadastradas No Programa De Agentes Comunitários De Saúde (PACS) em São Sepé, RS. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 1, n. 1, p. 22-40, 2010.

SANTOS, Rúbia dos. Gestão de desastres e política de assistência social. **R. Katál** Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 32-40, jan./jun. 2012.

SAUER; Mariane; RIBEIRO, Edaléa M. Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional. **Rev. Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 390-398, ago/dez. 2012.

SCHERER, Elenise. Vulnerabilidade social na cidade de Manaus: o avesso ao progresso. In: SCHERER, Elenise (Org.) **Questão social na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2009. p. 129-163.

SILVA, Maria das Graças. **Questão Socioambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.



SILVA, Silvânia Q.; CAVALCANTE, Andreia S. Questão social e desenvolvimento sustentável na Amazônia: reflexões sociopolíticas. In: SICASA, 2., 2012. **Anais...** Manaus: EDUA. 2012.

SILVA, Suzy C. P. da; PEREIRA; Cloves F.; FRAXE, Therezinha de J. P.; WITKOSKI, Antônio C.; SILVA; Michele A. P. da. A coleta de produtos florestais nas comunidades da área de atuação do piatam. In: (Org.) FRAXE, T. J. P.; PEREIRA, H. S.; WITKOSKI, A. C. **Comunidades ribeirinhas Amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

SOUZA, José Camilo R. de; ALMEIDA, Regina A. de. Vazante e Enchente na Amazônia Brasileira: impactos ambientais, sociais e econômicos. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6., 2010; SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2., 2010. **Anais...** Coimbra: Universidade Coimbra, 2010.

TEIXEIRA, Elenaldo C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. AATR-BA, 2002a. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em: 20 jun. 2011.

THIBAU, C. E. **Produção sustentada em floresta: conceitos e tecnologias, biomassa energética, pesquisa e constatação**. Belo Horizonte, 2000. 512 p.